

Tudo pronto para o segundo turno

Cabral entrega o texto para votação e mantém conquistas sociais

De todos os setores contemplados pelos pareceres, favoráveis ou não, do relator Bernardo Cabral, quem menos perdeu foi a esquerda. O Governo foi pouco privilegiado, além de ter sofrido derrotas consideráveis pela análise de Cabral, como foi a manutenção total da reforma tributária, do direito de greve e voto aos 16 anos. A UDR e setores conservadores também foram derrotados pois o relator acolheu emenda tornando a propriedade produtiva susceptível de desapropriação para

fins de reforma agrária. A esquerda consegue, com o parecer de Bernardo Cabral, manter inalterados, praticamente, todos os direitos sociais, a nacionalização da mineração, a supressão da anistia tributária e manutenção do imposto sobre grandes fortunas. O Governo ganhou com o fim da moção de censura a ministros de Estado, o fim da limitação dos juros em 12 por cento e a volta de Fernando de Noronha à sua condição de território federal. Os setores

conservadores na Constituinte também ganharam com o fim do período da licença-paternidade (foi mantida apenas o princípio), a retirada da proibição da comercialização de derivados de sangue somente por parte do Estado, e a eliminação da preferência, para aquisição de bens e serviços pelo Poder Público, à empresas brasileiras de capital nacional.

Abaixo, os pontos mais polêmicos e os pareceres do relator Bernardo Cabral:



Ulysses recebeu o parecer das mãos de Cabral, ao lado de Amaral e Fogaça

Parecer vale só como uma pista

SIMONE CALDAS Da Editoria de Política

O parecer do relator Bernardo Cabral sobre as emendas que serão votadas na Constituinte tem peso pesado, médio ou pena nesse round final? As respostas são controversas. O próprio Cabral acha que influenciará. Já o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) tem certeza absoluta que não. Sua opinião se baseia em votação anterior, quando o plenário aprovou a limitação da cobrança de juros em 12% ao ano, mesmo com o parecer contrário do relator.

Quem anda apostando na capacidade de Cabral em garantir votos em plenário é o presidente da Contag — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — José Francisco. Ele esteve ontem na sala de Ulysses Guimarães para assistir de perto à entrega dos pareceres. Ficou satisfeito em saber que o relator respondeu positivamente à emenda do deputado Nelson Jobim, que permitirá a desapropriação da terra produtiva. Mesmo criando ser Cabral um peso pesado, ele não canta vitória — “agora começa a luta pelos 280 votos. Fácil não é, vamos lutar”.

Para José Francisco a decisão dos constituintes em seguir ou não o parecer do relator é “uma questão de bom senso”. De acordo com ele, a Constituinte avançou em temas como Garantias Individuais, Direitos Sociais e Previdência. Enquanto que a reforma agrária representou um “retrocesso em relação à legislação atual”. A UDR-União Democrática Ruralista não esteve ontem no Congresso. Mas já havia dito que aguardava o parecer do relator sobre anistia e reforma agrária para po-

der montar estratégia de ação para o segundo turno. Tudo indica que voltará o velho clima de guerra para as galerias e corredores da Câmara.

Poucos constituintes compareceram à solenidade de entrega dos pareceres de Cabral ao presidente da ANC, Ulysses Guimarães. Com quase uma hora de atraso, o ato mereceu até um corinho, puxado pelo deputado Fernando Santana (PCB-BA). Cansado de esperar ele cantou e vários jornalistas, fotógrafos e alguns parlamentares acompanharam — “Tá na hora, tá na hora”. Na sala tranquilizada Ulysses o clima era o que propiciou ao deputado-presidente um rápido discurso de quem está em campanha.

Para Ulysses, essa Carta difere e é melhor que todas as Constituições do País. “Porque o cidadão é melhor”, e “esta é uma Constituição cidadã, porque se volta para o cidadão, para as mulheres deste País. Ele voltou a reafirmar apelo aos constituintes para que estejam em plenário no dia 25, quando se iniciam as votações em segundo turno.

O relator Bernardo Cabral falou rapidamente. Fez um balanço das emendas com parecer favorável, que somam cerca de 40% das apresentadas; ou seja, 436 do total. A aprovação parcial, três foram retiradas pelos autores; 73 prejudicadas; 56 vetadas por Ulysses e 1236 rejeitadas. As emendas retiradas por Ulysses feriam o regimento interno por serem modificativas, substitutivas ou aditivas ao texto. Foram consideradas prejudicadas aquelas que suprimiam apenas um parágrafo ou inciso de artigo.

COMO O RELATOR OPINOU

- * **Reforma agrária** — foram acolhidas emendas que suprimiam a propriedade produtiva, daquelas terras insusceptíveis de desapropriação para fins de reforma agrária. Passam a ser desapropriadas, pelo parecer de Cabral.
- * **Juros** — o relator acolheu emenda do deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) que suprime os 12 por cento, da limitação dos juros. Foi mantido o princípio e o valor será determinado em lei.
- * **Jornada de trabalho** — foi acolhida emenda retirando a palavra “máxima” do texto que previa jornada máxima de trabalho de seis horas ininterruptas.
- * **Licença-paternidade** — o relator deu parecer favorável a emenda que suprime o período de oito dias para licença-paternidade. Mantido apenas o princípio.
- * **Voto aos 16** — o relator rejeitou emendas que pretendiam suprimir o voto aos 16 anos. Em compensação, acolheu emenda, retirando do capítulo do menor, dispositivo que determina a inaptabilidade a menores de 18 anos. Isso não altera a situação atual (pois está previsto no Código Penal) mas a determinação não existirá no texto constitucional.
- * **Licença-maternidade** — o relator não alterou e manteve os 120 dias para a gestante.
- * **Anistia** — o relator aceitou emendas suprimindo as anistias a micro, pequenos e médios empresários e produtores rurais. Também aceitou emenda suprimindo a anistia tributária.
- * **Eleição no DF** — Cabral rejeitou emenda do deputado José Lourenço tentando eliminar a autonomia do DF. Acolheu emenda da deputada Márcia Kubtschek, prevendo que o futuro presidente da República indi-

- cará o próximo governador do DF, ratificado pelo Senado.
- * **Empresa nacional** — foram acolhidas emendas suprimindo o tratamento diferenciado que seria dado a empresas brasileiras de capital nacional que teriam preferência, pelo poder público, na aquisição de bens e serviços.
- * **Sangue** — foi acolhida emenda que suprime a vedação da comercialização a derivados de sangue por parte do Estado. A comercialização do sangue somente pelo Estado foi mantida.
- * **Habeas-data** — o relator deu parecer favorável a emenda ampliando o habeas-data, que passa, assim, a não ser mais instrumento exclusivo de brasileiros, mas a qualquer pessoa.
- * **Estabilidade** — o relator rejeitou emendas que pretendiam suprimir a estabilidade a servidores públicos com cinco anos de serviço.
- * **Dois turnos** — o relator rejeitou emendas que pretendiam suprimir os dois turnos para eleição de presidente da República.
- * **Moção** — Cabral aceitou emenda suprimindo a moção de censura a ministros de Estado.
- * **TCU** — o relator deu parecer favorável a emenda suprimindo o período de seis anos para ministros do TCU. Volta o caráter da vitaliciedade.
- * **Mineração** — não foi alterada e permanece a nacionalização sobre a mineração.
- * **Previdência** — o relator aceitou emenda prevendo incentivos fiscais a empresas de previdência privada. No primeiro turno, esse dispositivo não foi permitido.
- * **Ministros** — o relator aceitou emenda de omissão do deputado Osvaldo Coelho prevendo que ministros de Estado serão julgados pelo Supremo Tribunal Federal (não es-

- tava previsto no texto aprovado em primeiro turno).
- * **Reforma tributária** — foi mantida e não sofreu nenhuma modificação por parte dos relatores.
- * **Ordem de prisão** — o relator acolheu emenda suprimindo o poder de ordem de prisão por parte de autoridade judiciária. Foi suprimida a palavra “judiciária”. Assim, a ordem de prisão poderá ser dada por autoridade competente.
- * **Terrorismo** — o relator rejeitou a emenda que pretendia suprimir o terrorismo dos crimes inafiançáveis. Ficam, nesse tipo de crime, o terrorismo, a tortura e tráfico de drogas.
- * **Direito de greve** — o relator manteve o texto aprovado em primeiro turno.
- * **Aposentadoria** — o relator rejeitou todas as emendas antecipando a aposentadoria de professores universitários.
- * **Decreto-Lei** — o relator acolheu emenda suprimindo artigo que previa revogação de todos os decretos-leis, a partir de 180 dias da data da promulgação da nova Carta.
- * **Fernando de Noronha** — o relator acolheu emenda suprimindo a determinação da anexação de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco.
- * **Contrato de risco** — foi mantido o contrato de risco para exploração de petróleo.
- * **CPI** — manteve a CPI sobre a dívida externa.
- * **Imposto sobre fortuna** — foi mantido. O relator não alterou o imposto a ser cobrado sobre grandes fortunas.
- * **Veto à reeleição de membros das Mesas do Senado e Câmara** — deve cair, segundo Cabral. Assim, a reeleição torna-se possível e Ulysses Guimarães pode ser reconduzido à Presidência da Câmara, permanecendo como vice-presidente da República de fato.

Constituinte vai revelar os seus bastidores

RITA NARDELLI Da Editoria de Política

Que diálogos foram travados entre os líderes partidários e os empresários, os dirigentes sindicais e os militares durante o processo constituinte? O que ocorreu durante as negociações sobre os pontos mais polêmicos do projeto constitucional, e não foi divulgado? Um pouco desta “parte quase invisível” da Constituinte, como define o 1º secretário, Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), poderá ser resgatado pelo Núcleo de História Oral, criado por ato da Mesa com o objetivo de complementar a documentação sobre a Assembleia. O Núcleo registrará em áudio e vídeo os depoimentos de políticos e representantes dos diversos segmentos da sociedade, inclusive sob o compromisso de sigilo durante até 15 anos, se isto for exigência do entrevistado.

“Imagine o que o doutor Ulysses tem para contar...”, observa Cordeiro. Formado em História, ele diz que o Núcleo complementará o que está documentado nos jornais e nos anais da Constituinte:

— Não poderíamos abrir mão de um campo da documentação moderna, para utilização em audiovisuais em escolas, ressaltando o que for sigiloso, e de grande valia para os pesquisadores da história política do País. Teremos um documento vivo.

Instituído junto ao Centro de Documentação de Informação, na Coordenação de Arquivo da Câmara dos Deputados, o Núcleo irá formar um acervo a partir de depoimentos gravados que serão transcritos em documentos cujas páginas serão rubricadas pelos entrevistados, autenticadas pelo funcionário e organizadas em arquivos, juntamente com a gravação. Para o projeto, poderão ser contratados serviços de consultoria de especialistas em História e Ciência Política, ou firmados convênios com entidades específicas, centros de pesquisas e universidades.

FORÇAS POLÍTICAS

O coordenador do Núcleo, jornalista Jorge Cartaxo, que tem mestrado em Ciência Política na Unicamp, diz que o mais importante é documentar “como o conjunto das forças políticas organizadas da sociedade convergiu para o Parlamento e fez surgir o texto da nova Constituição”.

— A Constituição é uma referência jurídica da ordem política e o Congresso Nacional está preocupado em preservar a história. E o envolvimento com o mundo acadêmico neste programa reflete o seu caráter de oficialidade. A história será contada pelos autores. No documento escrito, não se tem o homem. Quando o homem começa a falar, se terá o registro do homem dentro do processo.

Cartaxo informou que os 559 constituintes serão ouvidos pelo Núcleo, que irá também entrevistar os representantes de entidades que participaram do processo constituinte.

O trabalho será desenvolvido em duas etapas: na primeira, serão tomados os depoimentos de dirigentes de entidades e políticos sobre a campanha pela convocação da Constituinte. Na segunda etapa, serão registrados os depoimentos sobre a instalação, em 1º de fevereiro de 1987.

Os depoimentos deverão ser tomados a partir de outubro próximo. Até lá, o Núcleo está fazendo um levantamento cronológico do processo de elaboração constitucional, coletando as informações básicas dos fatos e das personagens nele envolvidas. Esta pesquisa está sendo feita a partir da coleção de recortes de jornais da biblioteca

da Câmara e dos anais da Constituinte.

A pesquisa começa pela instalação da Assembleia, a eleição da Mesa, a discussão da soberania da Constituinte e a elaboração do Regimento Interno. Passa em seguida para a indicação das lideranças dos partidos e a composição das comissões e subcomissões. O terceiro passo é o estudo do trabalho de cada comissão e subcomissão e da Comissão de Sistematização. A fase final da pesquisa tratará das votações em plenário. Todo o debate político paralelo — sobre o mandato do presidente José Sarney, por exemplo — também será pesquisado.

O Núcleo irá requerer às entidades civis os documentos de que dispõem sobre a Constituinte, e terá um banco de dados com subsídios também do Jornal da Constituinte e do Diário da Constituinte. Ao final de todo o levantamento, que está sendo feito por quatro pesquisadores, o Núcleo elaborará um relatório para as entrevistas.

ATUAÇÃO

Segundo Cartaxo, os pesquisadores estão separando o material de pesquisa por assunto e recorrendo aos pronunciamentos relacionados no e mentário da Constituinte:

— A idéia é ter tudo, ver onde estava cada parlamentar, onde cada um atuou. O parlamentar terá a consciência de que não se trata de uma entrevista, mas de um depoimento para a história.

Para as tomadas de depoimentos, serão convidados membros da comunidade acadêmica. O entrevistado explicitará as condições — se houver — para que seu depoimento seja levado ao conhecimento público:

— O sigilo não tem nada de antidemocrático — sustenta Cordeiro. E uma forma de captação da informação. O entrevistado pode ter várias razões para pedir o sigilo, pode não querer comprometer terceiros. O importante é que o fato não se perderá com a morte destas pessoas.

Para Cartaxo, o objetivo do sigilo é o registro “da história real”. Além disso, o parlamentar ficará des preocupado para relatar os fatos:

— Não é censura. Mas a preocupação do Núcleo não é a de fazer hoje para dar ciência amanhã. A história da Constituinte não foi totalmente contada. O que há em alguns casos é uma série de declarações, mas ninguém sabe, por exemplo, o que aconteceu realmente nas articulações para o surgimento do Centro. Grande parte do verdadeiro processo de definição de importantes decisões está nos encontros não registrados pelos documentos oficiais e pela imprensa — acrescentou o coordenador.

Um pouco daquele processo já está registrado, em depoimento do ex-senador Virgílio Távora (PDS-CE), de 20 horas de fita gravada. Távora falou a Cartaxo, que está fazendo a biografia do ex-senador falecido recentemente. O material será doado ao Núcleo.

Até agora, não houve gastos com o Núcleo, segundo Cordeiro. Já que os pesquisadores são funcionários da Câmara. Daqui a algum tempo, haverá necessidade de aquisição de equipamentos e de assinatura de convênio. Os gastos futuros do programa, de acordo com o 1º secretário, justificam-se:

— Iremos facultar ao povo o conhecimento sobre sua história política, com um programa que tem múltiplas utilizações. A Constituinte é o acontecimento da vida política brasileira que abrangiu a discussão sobre os problemas nacionais comuns.

Recurso em dissídio individual ameaçado

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Marcelo Pimentel, defendeu ontem a supressão do parágrafo 2º do artigo 117 do projeto de Constituição, que impede recursos a instâncias superiores das decisões dos tribunais regionais nos casos de dissídios individuais. Na opinião do presidente, o dispositivo fere o sistema federativo e cria o direito regional.

Doze emendas supressivas, de parlamentares de diversos partidos, pedem a retirada do parágrafo. Pimentel informou que o dispositivo foi encaminhado pelo deputado Nelson Jobim, a pedido da Associação Trabalhista do Rio Grande do Sul e do Sindicato dos Advogados do Estado.

Para o presidente do TST, se permanecer, o parágrafo vai criar tantas interpretações de uma mes-



Marcelo Pimentel

ma disposição legal quantas forem as decisões regionais, gerando um “verdadeiro caos” na Justiça do Trabalho. Pimentel informou que dos 21.178 processos que chegaram ao TST, 80 por cento eram recursos de divergências ou originários deles. Isso significa que o Tribunal unificou a jurisprudência de 18 mil processos.